



Psicologia Ciência e Profissão
ISSN: 1414-9893
revista@pol.org.br
Conselho Federal de Psicologia
Brasil

Brandão Sampaio Fernandes da Costa, Cláudia Regina; Mendes dos Santos, Maíra; Silva Franco, Kelly; de Oliveira Brito, Afonso
Música e transformação no contexto da medida socioeducativa de internação
Psicologia Ciência e Profissão, vol. 31, núm. 4, 2011, pp. 840-855
Conselho Federal de Psicologia
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021813012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Música e Transformação no Contexto da Medida Socioeducativa de Internação

Music and Transformation In The Social
And Educative Confinement Measure

Música Y Transformación En
El Contexto De La Medida Socioeducativa De Internación

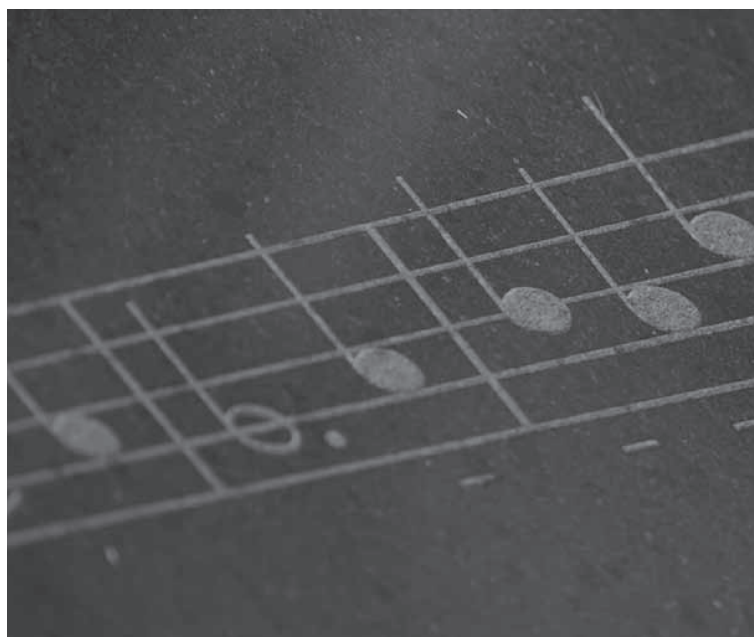
**Cláudia Regina Brandão Sampaio
Fernandes da Costa**
Universidade Federal do Amazonas

Maíra Mendes dos Santos
Universidade Federal de São Paulo

Kelly Silva Franco
Universidade Federal do Amazonas

Afonso de Oliveira Brito
Cáritas Arquidiocesana de Manaus

Artigo



Resumo: O presente artigo traça considerações sobre um projeto de canto coral desenvolvido junto a adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no Estado do Amazonas. Essa ação faz parte de uma política voltada para a garantia dos direitos humanos e para a inclusão em um contexto de convívio social saudável, produtivo e solidário, de forma a evitar a reincidência ao ato delituoso. A premissa desse projeto se fundamenta na concepção de ser humano em constante desenvolvimento, que transforma a si mesmo e ao meio social através das vivências partilhadas com outrem. Nesse contexto, a música favorece uma possibilidade de transformação do sujeito ao valorizar sua expressão criativa e espontânea, além de promover o desenvolvimento de habilidades artísticas, cognitivas e sociais de modo construtivo. A partir dos princípios norteadores da proposta, foram realizados ensaios, grupos reflexivos e apresentações. A metodologia utilizada centra-se em três princípios básicos: presença, afetividade e autoria. Apesar das dificuldades encontradas, as atividades evoluíram de forma significativa, tendo como resultado o desenvolvimento de interações mais saudáveis entre os adolescentes e os funcionários do centro, crescente abertura dos adolescentes na expressão de suas subjetividades, aumento da autopercepção, interesse por delinear um projeto de vida e descoberta de aptidões musicais.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a lei. Medidas socioeducativas. Canto-coral. Fatores protetivos.

Abstract: This article takes account of a choir singing project with adolescents imprisoned in juvenile detention in the state of Amazonas, Brazil. This action is part of a policy related to the human rights and inclusion in a healthy, productive and supportive social cohabitation standard, in order to avoid the recurrence of the criminal behavior. This project is based on the conception that human beings live under permanent development, which transforms themselves and the social environment through the experiences with others. In this context, music increases the possibility of a subject's transformation by valuing their creative and spontaneous expression, besides promoting the development of artistic, social and cognitive skills in a constructive and oriented way. Based on from the principles of this proposal, rehearsals, reflective groups and presentations were designed. The methodology is centered in three basic principles: presence, endearment and authorship. In spite of the difficulties found, the activities evolved in a significant manner, resulting in healthier interactions among the adolescents and employees of the center, growing openness on the adolescents regarding the expression of their subjectivities, expansion of self-perception, interest in formulating a project of life and discovery of musical aptitudes.

Keywords: Adolescent in conflict with the law. Social-educative measure. Choir singing. Protective Factors.

Resumen: El presente artículo expone consideraciones acerca de un proyecto de canto coral desarrollado junto a adolescentes que cumplen medida socioeducativa de internación en el Estado de Amazonas. Esta acción hace parte de una política destinada a la garantía de los Derechos Humanos y a la inclusión en un estándar de convivencia social sana, productiva y solidaria de forma a evitar la reincidencia del acto delictivo. La premisa de ese proyecto se fundamenta en la concepción de ser humano en constante desarrollo, que transforma a sí y al medio social a través de las vivencias compartidas con otros. En ese contexto, la música favorece una posibilidad de transformación del sujeto al valorar su expresión creativa y espontánea, más allá de promover el desarrollo de habilidades artísticas, cognitivas y sociales de modo constructivo. A partir de los principios orientadores de la propuesta, han sido llevados a cabo ensayos, grupos reflexivos y presentaciones. La metodología utilizada está enfocada en tres principios básicos: presencia, afectividad y autoría. A despecho de las dificultades encontradas, las actividades han progresado de forma significativa, teniendo como resultado el desarrollo de interacciones más sanas entre los adolescentes y funcionarios del Centro, creciente apertura de los adolescentes en la expresión de sus objetividades, ampliación del autopercepción, interés en delinear un proyecto de vida y descubrimiento de aptitudes musicales.

Palabras-clave: Adolescente en conflicto con la ley. Medida Socioeducativa. Canto-coral. Factores Protectivos.

Todo dia o sol
levanta e a
gente canta
o sol de todo
dia.

(Caetano
Veloso)

A vulnerabilidade social revela-se de modo distinto nos diferentes segmentos da população. Do mesmo modo, a suscetibilidade ao cometimento de atos infracionais também revela grupos específicos junto aos quais sua incidência é maior. Ser jovem do sexo masculino e pertencer aos grupos mais empobrecidos da sociedade constituem fatores de risco para o envolvimento com a

violência, incluindo aí tanto a condição de vítima quanto de autoria de atos infracionais (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002; Minayo & Souza, 1999; Sant'Anna, Aerts, & Lopes, 2005). No que se refere ao cometimento de atos infracionais graves por adolescentes, o panorama brasileiro revela que as unidades socioeducativas concentram majoritariamente adolescentes que possuem

o perfil acima descrito, confirmando o elevado grau de vulnerabilidade ao qual estão expostos bem como a urgência na formulação e na execução de políticas públicas eficazes para a modificação dessa realidade.

No Brasil, assim como em outros países, a resposta social ao cometimento de ato infracional por adolescente é uma resposta jurídica (Gallo, 2008). O Estatuto da Criança e do Adolescente, (1990) determina que, após a devida apuração e processo legal, é aplicada ao ator de ato infracional medida socioeducativa segundo a natureza do ato, as características do autor e os recursos institucionais existentes para executar a ação (Brasil, 1990). Face ao cometimento de atos infracionais graves ou ao descumprimento de modalidades mais brandas, é prevista a aplicação da medida socioeducativa de internação, que implica a privação de liberdade do adolescente. Essa medida é sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A internação não comporta prazo determinado, ainda que o limite maior para seu cumprimento seja de três anos. Contudo, sua manutenção deve ser reavaliada, mediante decisão fundamentada por equipe técnica no máximo a cada seis meses de permanência do adolescente em unidade pertencente ao sistema socioeducativo.

Segundo a Secretaria Especial de Direitos Humanos, 11.901 adolescentes cumpriram medida privativa de liberdade no ano 2009 no Brasil, em que 179 adolescentes (1,5%) são atendidos, no Estado do Amazonas, o que equivale a 24,3% de adolescentes em medida de internação na Região Norte. Levando-se em conta os dados estatísticos referentes à medida socioeducativa de internação em outros Estados, é possível afirmar que não apenas o Amazonas apresenta índices menores de adolescentes em cumprimento da referida medida, como tem privilegiado

a aplicação de medida socioeducativa de meio aberto, conforme preconiza o ECA, na tentativa de preservar o convívio social e familiar do adolescente.

Na quase totalidade dos adolescentes que cumprem medida de internação no Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitosa (CSEASDF), no Amazonas, identifica-se, além do histórico de envolvimento com o ato infracional, a co-ocorrência de outras situações de vulnerabilidade e de exclusão social na vida dos adolescentes, como evasão escolar, distorção idade-série, composições familiares confusas e pouco protetivas, uso abusivo de drogas, etc. Em meio a experiências de construção e desconstrução de modos de vida do adolescente nesse cenário, o ato infracional tende a fazer parte da sua vida e constitui uma forma de articular os problemas e as alternativas de solução que se lhe apresentam.

Em uma concepção histórico-social, o sistema socioeducativo consiste em uma construção que possui uma intencionalidade, um propósito. Apesar dos avanços já ocorridos, são inúmeras e profundas as dificuldades em efetivar aquilo a que se propõe.

O entendimento de que o adolescente protagonista de um ato infracional possui uma trajetória de vida inscrita em um contexto complexo, impede que o foco da intervenção socioeducativa se restrinja exclusivamente ao jovem. Faz-se necessário compreender e intervir nas múltiplas relações que o envolvem, resgatando, sobretudo, a sua capacidade criativa para o desenvolvimento de uma nova relação consigo mesmo e com o social. Para isso, o período de cumprimento da medida socioeducativa necessita oportunizar vivências que promovam recursos possíveis de transformação dessas relações, ou seja, de proteção aos direitos fundamentais que levem a um desenvolvimento positivo.

A busca pelo potencial promotor de proteção implica adentrar o campo das novas possibilidades. Além de deslocar o foco exclusivo do adolescente como proprietário de seus sintomas e dificuldades e passar a entendê-lo a partir de sua inserção no contexto e nas relações que estabelece, essa busca implica também a adoção plena do princípio da incompletude institucional, que consiste no reconhecimento da necessidade de articulação entre unidade executora da medida com vários segmentos da sociedade de modo a favorecer uma ação verdadeiramente socioeducativa.

Assim, a partir da realização de estudos em torno da questão do adolescente autor de ato infracional, de sua vulnerabilidade e de fatores protetivos, o Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário – LABINS – da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas propôs, em 2009, que fosse elaborado um projeto de intervenção em um dos centros de internação na cidade de Manaus, que abrangesse atividades de canto coral para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação com a participação de professores, estagiários do curso de graduação em Psicologia e músicos voluntários. Esse projeto, intitulado *En-canta a Vida*, revelou coadunar-se com os princípios de uma gestão que prioriza a articulação da rede socioassistencial pautada na política de garantia dos direitos humanos do adolescente autor de ato infracional.

A proposta do referido projeto vai ao encontro da missão da Gerência de Atendimento Socioeducativo, vinculada à Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado do Amazonas – SEAS, no sentido de desenvolver ações voltadas para o alcance da inclusão do adolescente em um padrão de convívio social saudável, produtivo e solidário, de forma a evitar a reincidência do ato delituoso e, sobretudo, a promover-lhe novas trajetórias de vida.

Um conceito particularmente útil para a realização de trabalho junto a indivíduos em vulnerabilidade é a *resiliência*, entendida como processo que ativa recursos de enfrentamento de forma positiva de adversidades ao longo do curso do desenvolvimento (Yunnes, 2003). Entendendo as adversidades presentes no desenvolvimento dos adolescentes privados de liberdade, pensou-se em promover potencial de resiliência através da música. Essa modalidade artística, mais especificamente o canto coral, é conhecida não somente pelo resultado estético da produção musical vocal em conjunto mas também por promover, além do desenvolvimento de recursos artísticos (musicais e performáticas), a ampliação de um conjunto significativo de recursos cognitivos, como a memória, a percepção e a criatividade, e habilidades de interação social (convivência grupal, produção coletiva, respeito às diferenças individuais, atitude de cooperação, etc.). Para além do desenvolvimento desses aspectos, por sua característica de realização grupal e utilização de recursos pessoais, o canto coral sugere fortes possibilidades de fomentar respostas positivas no tocante à vivência em ambientes de difícil manutenção da saúde e da subjetividade, às relações sociais e à construção de novas formas de expressão, de autonomia e de cooperação, razão que fortaleceu a escolha deste como meio para o desenvolvimento da proposta.

Adolescente autor de ato infracional e música: pressupostos e encontros possíveis

Ao buscarmos definir os processos ou características que implicam *ser adolescente* em nossa cultura, alguns diálogos são travados entre vertentes teóricas diversas, ampliando e tornando complexa a compreensão acerca de quem é o sujeito e a quem se destinam as propostas socioeducativas. A

concepção de adolescência que norteia o projeto *En-canta a Vida* é fortemente referenciada na compreensão de um ser humano em permanente desenvolvimento, que transforma a si mesmo e ao meio social a partir das vivências compartilhadas com seus grupos de convívio e rede de relações. No processo de construção da sua identidade ou subjetivação, o adolescente busca referências nos seus pares e troca experiências que são produto e produtoras dos sentidos que organizam o que é ser adolescente na cultura em que está inserido.

A importância que o convívio em grupo assume nesse momento, bem como algumas das possibilidades construídas e significadas pela cultura como próprias do adolescente, podem ser entendidas como atributos *naturais* e negativos dessa fase, conforme a concepção de autores como Aberastury e Knobel (apud Ozella, 2003). Marcada por forte estereotípia em torno do seu conceito, a adolescência ainda é comumente vista como um período no qual o jovem expressa uma crítica às regras, crenças e atitudes do mundo adulto com possibilidade de atos de rebeldia. A manutenção dessa visão reificada, contudo, tem sido apontada como prejudicial ao avanço na promoção de direitos e no desenvolvimento de propostas efetivamente transformadoras da realidade.

A concepção sociohistórica da adolescência, por sua vez, permite ampliar a compreensão da adolescência agregando sentidos de construção coletiva ao que esse fenômeno implica em nossa cultura. A própria mudança da Doutrina da Situação Irregular, presente no Código de Menores, para a Doutrina da Proteção Integral que sustenta o ECA revela como os modos de compreender a criança e o adolescente derivam de construções sociais que ora protegem, ora excluem, muitas vezes ancorados em alguns referenciais teóricos em que nem todos são vistos como detentores de direitos (Sartório & Rosa, 2010). Segundo

Volpi (2002), a problemática das crianças e dos adolescentes marginalizados pela sociedade vem se colocando como um dos principais fenômenos produzidos pelo processo econômico globalizado. Para o autor, a sonegação contínua dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes é a base da exclusão social destes, que figuram como as mais vulneráveis vítimas da exclusão. O ato infracional pode ser entendido por muitas vias. Sendo a adolescência concebida como um período que abriga, além das mudanças biológicas, construções socioculturais que conferem ao sujeito as possibilidades de constituir-se adolescente (Ozella, 2003), entende-se que as associações entre adolescência e ato infracional são também marcadas pelo contexto sociocultural. Sobre o cometimento de ato infracional, este passa a ser compreendido “enquanto possibilidade de expressão dos indivíduos a partir de sua inserção na cultura, assim como outras ações humanas, superando a noção de ‘sintoma individual’ que afeta a ordem social” (Costa, 2007, p. 32).

Enfoques críticos da Psicologia social compreendem que o processo de constituição da identidade é dinâmico e está envolvido nas construções sociais, diretamente vinculado às atividades e aos sentidos que estas possuem. Desenvolver habilidades, construir identidades, quer seja de estudante, quer seja de infrator, músico, professor, etc., corresponde a movimentos que os sujeitos realizam junto a outros, em interação. Promover interações que favoreçam o desenvolvimento de possibilidades outras que não a infração configura-se, então, como poderoso recurso a ser utilizado em contextos diversos, sobretudo onde a vulnerabilidade desafia a busca de superação.

A experiência de privação da liberdade constitui uma adversidade a mais na vida do adolescente. Em estudo fenomenológico sobre as motivações de adolescentes masculinos

privados de liberdade, Jost (2010) identificou estados de sofrimento existencial que corrompiam as subjetividades e fragmentavam os relacionamentos intersubjetivos, gerando angústia expressa em ações voltadas contra si próprio e contra a sociedade. A autora sugere, para tanto, intervenções psicossociais que incluam a busca de respostas desses adolescentes ao seu sofrimento.

A utilização da música, como recurso gerador de respostas positivas ou alternativas a várias demandas de atenção ao sofrimento humano, reúne estudos que encorajam explorar ainda mais o alcance de suas várias modalidades. Em estudos que envolvem terapêuticas não tradicionais no âmbito da enfermagem, Andrade e Pedrão (2005) revelam que a música pode reconstruir identidades, integrar pessoas, reduzir a ansiedade e proporcionar a construção de autoestima positiva. Em artigo de revisão enfocando a música como recurso terapêutico no cuidado dispensado a crianças hospitalizadas, Ferreira, Remedi e Lima (2006) destacam os benefícios que esta promove à saúde da criança, além de gerar ganhos para os familiares e para as equipes de saúde. Destacando de modo semelhante o efeito positivo sobre a equipe, Bergold, Alvim e Cabral (2006) situam o lugar da música no espaço do cuidado terapêutico. Nesse sentido, Bergold e Alvim (2009) apresentam estudo em que pacientes hospitalizados que receberam visitas musicais como modalidade de tecnologia leve de cuidado revelaram terem sentido conforto, bem-estar, expressão de emoções, autonomia e estimulação à criatividade. Em pesquisa realizada em torno das contribuições do uso da música nos cuidados paliativos e na humanização do cuidado de doentes sem possibilidade de cura, Seki e Galheigo (2010) mostram que a estratégia promove conforto e qualidade de vida, constituindo um recurso de ajuda na relação da família com a despedida de seu ente querido.

A utilização da música como recurso não somente terapêutico mas também operativo, educativo e transformador constitui, entre outras coisas, veículo de expressão criativa e espontânea do indivíduo. Como linguagem musical, tem sua função didático-pedagógica destacada, sendo forte aliada nos processos educativos. Segundo Correia (2010), a música é elemento indispensável no processo de educação devido ao seu valor artístico, estético, cognitivo e emocional, favorecendo a criatividade e a junção dos aspectos emocional e racional.

Experiências que utilizam a arte não apenas junto a adolescentes em conflito com a lei mas também com crianças e jovens em vulnerabilidade social não são necessariamente novas, a exemplo da pintura (Veronese, 2000). Como veículo performático, fazer música possibilita construções de si mesmo e ampliação dos recursos de interação. Analisando a performance de crianças e adolescentes de baixa renda no projeto *Guri*, em São Paulo, Hikiji (2005) aborda a apresentação musical como auge do processo pedagógico e como oportunidade de exibir o que foi ensaiado, aprendido e incorporado pelos alunos. Especificamente em relação aos adolescentes privados de liberdade na FEBEM, as apresentações eram vivenciadas como oportunidade de conhecer novos lugares e pessoas, consistindo em uma verdadeira *saída para o mundo*. Apresentar-se – e todo o processo que o antecede – implica a construção de autoimagens, transformação e alteridade.

Quando, além de vivenciar uma experiência musical, é possível executar a música e criar nesse processo, ampliam-se as possibilidades de utilização do recurso. Considerando os efeitos danosos que a privação de liberdade impõe à subjetividade dos adolescentes, a música pode ser considerada uma linguagem reflexivo-afetiva capaz de construir sentidos coletivos e singulares, tal como nos propõe

Maheirie (2003). A autora situa, a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky, o processo de criação musical como momento em que os sujeitos unificam dialeticamente a aprendizagem dos conhecimentos técnicos, em uma postura afetiva que integra percepção, imaginação, sentimentos e emoções. Ainda percorrendo referencial histórico-cultural, Wazlawick, Camargo e Maheirie (2007) argumentam que, ao vivenciar a música, o sujeito estabelece relação com uma rede de significados construídos no mundo social tanto em contextos amplos quanto singulares. Os sentidos e significados da música seriam, então, construídos a partir do contexto social, econômico e político de vivências concretas e do uso da música por sujeitos em contexto de relação, na qual afetos, desejos e motivações se articulam.

Considerando a possibilidade de desenvolver música como meio de promover a proteção a adolescentes privados de liberdade, elegeu-se o canto coral como oportunidade de o adolescente lidar diretamente com seu corpo na produção da voz cantada, conhecer e ampliar o conhecimento de sua constituição afetiva e sensível e dar vazão às tensões, visando a favorecer a canalização de sua energia de forma orientada e construtiva. A atividade do canto explora todas as tentativas de expressão e comunicação, respeitando-se a diversidade de habilidades e interesses e estimulando-se a participação e a criatividade (Instituto de Ação Social do Paraná, 2006). Sua prática envolve conhecimento de si mesmo, interação, compartilhamento de regras, identificação, diferenciação, harmonia, dissonância, construção estética e de sentido, aprimoramento técnico, atenção, criatividade e expressividade, entre outros aspectos.

O projeto *En-canta a Vida* tem como objetivo principal desenvolver recursos musicais, sociais, cognitivos e afetivos através do canto coral. Secundariamente, pretende também

desenvolver o sentido de cooperação grupal e de responsabilidade pelo aprendizado individual, oportunizar experiências na qual todos participem da construção, atenção e avaliação das regras de convivência grupal, possibilitar o conhecimento e o desenvolvimento dos recursos corporais pessoais disponíveis para a atividade do canto coral (emissão vocal, volume, timbre, postura, etc), disponibilizar conhecimento de elementos teórico-musicais básicos (notação musical, ritmo, andamento), realizar apresentações artístico-musicais internas e externas e tornar os adolescentes participantes plenos nos processos de planejamento e decisão das atividades relativas ao projeto (programação, vestuário, proposição de repertório, presença cênica, rotinas de ensaios, oficinas criativas e outras expressões subjetivas de interface com a expressão musical vocal [teatro, poesia, cinema, literatura, etc]).

Aspectos metodológicos da proposta

a) O local

Desde seu início, o *En-canta a Vida* vem sendo executado no Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitoza – CSEASDF, voltado para adolescentes do sexo masculino na faixa etária de 16 a 18 anos e, excepcionalmente, a 21 anos de idade. O CSEASDF presta atendimento psicossocial a adolescentes que cometeram ato infracional grave e cumprem medida socioeducativa com privação ou restrição de liberdade, prevista no artigo 112, inciso VI e artigo 121, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (1990). O centro permite abrigar 51 adolescentes, contudo, pelo movimento decrescente que vem passando a medida de internação em vários lugares, o número de internos tem variado de 16 a 40 jovens.

b) A equipe

A coordenação e a execução do projeto ficaram sob a responsabilidade da professora e pesquisadora do LABINS/UFAM, com formação em Psicologia e música e experiência em prática de canto coral. A composição dos demais integrantes da equipe seguiu princípio de adesão voluntária entre um grupo de alunos inscritos em uma turma de Estágio Supervisionado no Curso de Psicologia da UFAM. Além de atuarem como facilitadores do processo grupal e das atividades referentes aos ensaios e apresentações, os estagiários deveriam participar também como integrantes do coral. Para tal, não foi exigida experiência musical prévia. Músicos profissionais e amadores (cantores e regentes) foram convidados a integrar a equipe, ainda que a participação dos mesmos fosse esporádica. Dessa forma, a equipe inicial abrangeu 1 coordenadora, 5 estagiários de Psicologia e 5 músicos voluntários, sendo 2 profissionais e 3 amadores.

c) Os adolescentes

Visando a não interferir nas demais atividades dos adolescentes no centro, optou-se pela formação de duas turmas, uma matutina e outra vespertina, o que deu oportunidade aos jovens de integrar o canto coral no contraturno da educação formal. A divulgação da proposta junto aos adolescentes foi realizada pela própria equipe, adotando-se o princípio da adesão espontânea. Mesmo demonstrando dúvidas quanto ao que consistia canto coral, houve adesão significativa e foram acolhidos todos os interessados, com experiência musical prévia ou não, totalizando 14 jovens. Todos frequentavam a escola formal e cursavam o primeiro segmento do ensino fundamental.

Estratégias de ação

Buscou-se construir uma metodologia que abarcasse princípios promotores de

proteção, tendo em vista a resiliência. Estudos realizados pelo LABINS junto a adolescentes autores de atos infracionais na cidade de Manaus apontam alguns fatores de proteção identificados como possíveis nos processos de ressignificação da identidade infratora e na redução da vulnerabilidade pela ampliação de recursos e resiliência. Dentre estes, destacam-se a formação ou o fortalecimento de vínculos significativos, a autonomia, o projeto de vida e a autoestima (Costa & Assis, 2006; Costa, 2007; Tavares & Costa, 2009). A partir desses fatores, delineou-se uma metodologia para o alcance desses objetivos centrada predominantemente em três princípios básicos: **presença**, **afetividade** e **autoria**.

Para a formação efetiva de vínculos, a **presença** torna-se imprescindível: o *estar-junto* é condição *sine qua non* do *construir-juntos* e do *ressignificar-juntos*. A **afetividade** implica o interesse legítimo de acolhimento das expressões subjetivas, ainda que de difícil manejo, no contexto grupal estabelecido. A condição de participação de qualquer um dos membros do grupo (alunos e professores) depende diretamente de uma vinculação afetiva com o projeto em si e com os seus integrantes. A preocupação legítima com o bem-estar, com os processos subjetivos de cada um e com o acolhimento dessas diferenças revela o envolvimento afetivo necessário como combustível que mantém o processo.

Por fim, a partir do princípio de **autoria**, pressupõe-se que cada participante do grupo seja um sujeito histórico-social dotado de potência para constituir-se autor de um projeto coletivo de sociedade. As relações interpessoais pautam-se, assim, pelo respeito ao outro, aos seus recursos e as suas fragilidades, pelo incentivo à participação plena e pela espontaneidade.

Os ensaios tinham a duração de duas horas e ocorriam uma vez por semana

com cada uma das turmas. As atividades eram planejadas pela coordenadora do projeto junto aos estagiários durante as atividades de supervisão que ocorriam fora do CSASDF. A estrutura do ensaio era organizada de acordo com o objetivo específico do encontro: musicalização, formação grupal, conhecimento dos recursos individuais da voz, classificação vocal, formação de dupla, teoria musical, história da música, música no cotidiano e música como elemento de transformação. As atividades realizadas foram:

- base de teoria musical (elementos da música
- notação musical, elementos rítmicos e melódicos, compassos);
- base de técnica vocal (impostação vocal, respiração, dicção e fraseado);
- técnica de canto grupal (princípios elementares do canto a 1, 2 e 3 vozes);
- noções básicas de teclado (escala musical, dedilhado);
- sessões de filmes com temáticas pertinentes ao trabalho musical, apresentação de videoclipes; sessões de escuta de músicas gravadas por outros grupos, cantores e karaokê;
- aulas com músicos convidados;
- troca de ideias (espaço dialógico para expressão de opiniões, dúvidas, aprofundamento de vínculos e de reflexão sobre temática significativa que surgisse no contexto dos encontros do grupo).

O processo

Como intervenção psicossocial dirigida diretamente a adolescentes em contexto de adversidade, foi desenvolvida uma prática pedagógica que permeasse um espaço de

interações mútuas, isto é, um espaço de escuta, discussão e reflexão de aspectos pessoais e institucionais implícitos, com vista a dar novos significados à vida do adolescente, contribuindo para a construção de novos projetos de vida (Volpi, 2002). Os ensaios traziam uma dinâmica diferente para a instituição, causando curiosidade e reações distintas (apoio ou reprovação), em especial por parte de alguns agentes socioeducativos, que tendiam a interferir na atividade nos momentos de conversa e descontração, visando a impor uma disciplina que consideravam mais adequada.

A despeito da parceria e do amplo diálogo existente entre a direção do CSASDF e a equipe, bem como da boa aceitação dos adolescentes à equipe, alguns aspectos da realidade se impuseram à operacionalização da proposta. Uma delas dizia respeito à divisão dos jovens em grupos separados, comprometendo o conceito de grupo coral e sua multiplicidade de vozes. Mesmo após o término das aulas da escolarização formal, havia dificuldades por parte dos agentes socioeducativos no manejo dos jovens para a sala de atividades. Os argumentos consistiam nas medidas de segurança entendidas como necessárias às atividades, sobretudo nos dias em que havia defasagem no corpo de funcionários. Por parte dos jovens, o histórico de rixas entre eles criava resistências para a proposta de unificação dos grupos, pela impossibilidade apontada por eles de conviver no mesmo espaço, realizando a mesma atividade. Outras dificuldades registradas foram: a realização de outras atividades com os alunos do canto no mesmo horário dos ensaios, ainda que nessas ocasiões os jovens optassem pelo canto coral, e a contenção de adolescentes no alojamento, na época destinada à punição por razões disciplinares em outros momentos.

Partindo-se do pressuposto de que o homem se constrói no contexto de suas relações,

sendo ao mesmo tempo seu produto e produtor, conforme o tempo e espaço em que vive (Lane, 2006), foi dada ênfase às interações interpessoais entre técnicos, professores, estagiários e alunos envolvidos no canto coral. As estratégias de ensaio em grupo, o repertório musical, bem como os sentidos construídos em torno do mesmo, foram propostos, discutidos e definidos por adolescentes e equipe. Ademais, a discussão de temáticas relacionadas à vida cotidiana na instituição, como a imposição de regras e as relações de conflitos, era realizada não apenas de modo informal durante as aulas teóricas mas também através da manutenção constante de um espaço dialógico que se servia de vários elementos disparadores, tais como a apresentação de filmes temáticos, as reuniões de planejamento e os momentos reflexivos e comemorativos. Ao longo do desenvolvimento das atividades, houve significativa mudança no modo de participação dos agentes socioeducativos no espaço dos ensaios, ora cantando, ora participando das reflexões, o que era encorajado e valorizado pelos adolescentes em clima amistoso.

Toda atividade grupal é oportuna para interação e aprendizagem. No caso da música, os ensaios, a aceitação e a superação do erro, a imitação, o apoio grupal e a descoberta de novos caminhos são incentivados de modo lúdico, relaxante, buscando-se resultado estético que permita a avaliação da qualidade da aprendizagem pelo aluno-cantor. A busca pela harmonia e por uma estética musical compartilhada era algo que a equipe vislumbrava compartilhar com o grupo inteiro. A possibilidade de o grupo realizar uma apresentação para o público na quadra do CSEASDF por ocasião da festa natalina mobilizou novos modos de interação.

No âmbito da proposta, as apresentações do grupo teriam como objetivo conferir maior alcance e concretude à experiência da

construção conjunta de um produto dotado de valor estético, permitir o reconhecimento de cada participante como autor de um produto diferenciado, fortalecer outras possibilidades identitárias que não a de *infrator*, reconhecer individual e socialmente os recursos e as habilidades musicais, desenvolver sentido de responsabilidade e concentração e estabelecer metas e sentido de cooperação.

Nas atividades que envolveram o planejamento da apresentação, foram discutidos aspectos de grande profundidade como: o que é um grupo? Qual sua importância? O que é uma apresentação? No que tal situação nos mobiliza? Quais compromissos individuais e coletivos são necessários para viabilizar uma apresentação? O que, para quem e com quem cantar? Sobre tudo no aspecto da composição do grupo para apresentação, foi abordada pela equipe e pelos estagiários a questão da necessidade de reunir os distintos grupos de ensaio, que estavam separados devido a rixas e a outros dispositivos de segregação próprios da cultura prisional.

Quanto ao papel preciso dos estagiários de Psicologia, muitas dúvidas e expectativas circulavam a esse respeito, não só em relação à equipe mas também aos próprios adolescentes, que diziam, atribuindo um sentido positivo ao fazer da equipe: “psicólogo não é assim como vocês”. Ao longo do desenvolvimento das ações, o projeto ia se revelando dotado de possibilidades socioeducativas e transformadoras, surpreendendo e emocionando a equipe e os jovens participantes. Os alertas sobre a periculosidade dos jovens tão intensamente proclamada para a equipe no início do projeto arrefeceu, face ao clima de tranquilidade, confiança e segurança que se estabelecia nos momentos do canto coral, mesmo que houvesse registro de conflitos, violência e tentativa de fuga em outros momentos, com outros jovens, desapareceram.

No contexto da supervisão da equipe, fortaleceu-se a referência nos princípios do Paradigma da Promoção da Saúde (Assis & Costa, 2004), da Doutrina da Proteção Integral do ECA e da Psicologia positiva (Yunnes, 2003), enfatizando os aspectos positivos dos indivíduos em desenvolvimento nas interações mútuas, entendendo que a ênfase nos fatores de proteção, como as relações saudáveis no contexto institucional, visam à resiliência.

Inerente às transformações positivas ocorridas na instituição, o projeto *En-canta a Vida* também passou por algumas transformações. Muitas delas foram necessárias devido às dificuldades encontradas: horários foram alterados e ensaios ocorriam em espaços adaptados devido às dificuldades estruturais da unidade socioeducativa. A proximidade da festa natalina e do indulto de Natal (liberação para passar as festas de final de ano com a família) trouxe grande ansiedade aos jovens, que dividiam suas angústias com a equipe face à incerteza de liberação judicial. De igual modo, mostravam-se apreensivos pela possibilidade de não realizarem uma boa performance no palco da quadra, diante dos familiares e convidados.

As atividades foram desenvolvidas de julho a dezembro de 2009, culminando com a apresentação de Natal na festa de encerramento de ano, antes do recesso natalino e do recebimento de indulto.

Resultados e discussão

Durante o período relatado, apenas um jovem, que só havia comparecido a dois encontros, desistiu de participar do projeto. Em contrapartida, alguns adolescentes que haviam frequentado apenas as primeiras aulas e tiveram absenteísmo elevado por motivos diversos (extração de dentes, medida de contenção, audiência com juiz, etc.) procuraram a equipe desculpando-se pelas

faltas, tornando-se assíduos e dedicados, assumindo compromisso de continuidade e forte investimento na atividade.

Alguns aspectos observados durante a realização dessa atividade, como aptidão para música, relacionamentos interpessoais na instituição, melhora na autoestima e construção de projetos de vida, apontados pela literatura como favoráveis à resiliência por contribuírem para a construção e a manutenção de estilos de vida mais saudáveis, foram registrados pela equipe através das falas dos próprios jovens. Foi notável o desenvolvimento de interações mais positivas entre os adolescentes e agentes socioeducativos, crescente abertura dos adolescentes na expressão de sua subjetividade (afetos, opiniões, etc.), aumento de interesse pela música, descoberta e desenvolvimento de aptidões musicais.

Alguns aspectos significativos vivenciados ao longo da experiência mereceram maior atenção por parte da equipe e dos jovens, sendo, por isso, destacados:

- a superação da ideia de que o canto coral pudesse ser apenas um *passatempo* para os jovens. A despeito do reconhecimento de que as atividades realizadas pelos adolescentes muitas vezes consistem apenas em uma oportunidade de sair dos alojamentos, o interesse pelas atividades do canto coral, mesmo quando outra atividade como futebol ocorria no mesmo momento, corroborava o sentido da importância atribuída pelos jovens àquele espaço;

- espaço de respeito mútuo reconhecido, mantido e defendido pelos jovens. Mesmo diante da existência de conflitos entre os alunos e as tensões comuns em instituições de internação, o espaço do canto coral era citado pelos jovens como o contexto onde tais tensões eram abordadas de modo diferenciado. Reconhecia-se a existência dos problemas, e estes eram manejados de

modo a manter o respeito entre cada um dos participantes;

- estabelecimento de regras compatíveis com as características do grupo. Considerando ser esse um grupo composto predominantemente por adolescentes, a energia vital que fluía de modo característico a essa etapa do desenvolvimento era compreendida por todos da equipe. A proposta de trabalho era levada com seriedade e compromisso, ainda que a flexibilidade na adaptação dessas regras facilitasse a descontração e a participação plena do grupo, sem infringir normas de convivência, segurança e credibilidade;

- a construção do sentido de sujeito nos adolescentes foi tornando-se perceptível nas dinâmicas adotadas. Todas as alterações de calendário ou demais situações pertinentes ao grupo (feriados, viagem da coordenadora, mudança do filme proposto ou do repertório) sempre eram transmitidas aos jovens, valorizando-se e mantendo-se o contrato de respeito mútuo e de comprometimento com o trabalho. Esse aspecto, de certo modo, é colocado na contramão das rotinas das instituições totais que, via de regra, reproduzem a *coisificação* do sujeito, tornando-o passivo e pouco respeitado em sua condição de sujeito;

- os ensaios proporcionavam a oportunidade de investimentos também individualizados, potencializando os talentos musicais e pessoais de cada jovem, mesmo no contexto grupal. Observou-se que os recursos pessoais identificados sofreram melhoras ao longo da experiência. Como exemplo, alguns adolescentes que possuíam excelentes recursos vocais não explorados passaram a fazer uso de sua voz com grande aproveitamento, sendo reconhecidos e elogiados pelos seus pares e pelos demais integrantes. Outros demonstraram habilidades rítmicas, independência musical (autonomia melódica), talentos para harmonização,

criatividade, liderança e recursos pedagógicos (capacidade de ensinar);

- a identificação dos adolescentes com a equipe e com os voluntários revelou-se o mais poderoso dispositivo de trabalho. O estranhamento explicitado pelos jovens acerca de *por quê* um grupo estaria disposto a acreditar e a investir neles ganhou contornos distintos, sendo gradualmente substituído pela crença pessoal de que é possível construir novos sentidos e novas vivências. Em todos os ensaios, observou-se que os jovens buscavam algum tipo de troca de experiência. Os vínculos incluíam interesse mútuo, a exemplo da preocupação dos jovens quando algum estagiário adoecia, ou solidariedade, quando qualquer membro da equipe ou outro adolescente tinha um desafio a dar conta;

- ampliação significativa dos recursos relacionais e cognitivos de todo o grupo. A despeito de todos os jovens se encontrarem defasados no que se refere à escolarização formal, havia diferenças profundas entre os recursos cognitivos de cada um deles no potencial de leitura e na capacidade interpretativa dos textos cantados. Questões gramaticais, letras em inglês e interpretação de texto foram aspectos dos quais se apropriaram gradualmente, tornando-se mais aptos a lidar com conteúdos diversos na articulação com o ensino e na expressão da música. Quanto à escolha das músicas, optou-se por mesclar o repertório segundo a sua escolha (pagode, música evangélica), a da coordenadora (popular e internacional tradicional do repertório coral) e exercícios livres.

- o planejamento e a realização da apresentação pública na festa de Natal promovida pela instituição possibilitou uma experiência ímpar. Pode-se dizer que o resultado derivou do momento de reflexão coletiva em que o grupo decidiu

que desejava se apresentar, desde que se preparasse para tal. A superação da divisão que havia entre os subgrupos foi resolvida pelos próprios jovens mediados pela equipe, que incentivou processos reflexivos. Por meio de um diálogo que enfocava os processos de exclusão social dos quais todos sofriam e os processos de exclusão que eles próprios produziam, internamente, na instituição, os próprios jovens encontraram forma de convivência pacífica, respeitando as diferenças e assegurando o espaço do canto coral como direito de cada um que desejasse participar. Protagonizaram falas significativas nas quais argumentaram a importância de garantir o direito de participação a todos, a crença na necessidade de investimentos visando à transformação, o respeito mútuo e novas formas de lidar com as dificuldades relacionais. A partir de então, os jovens decidiram unir os dois grupos, tornando-se um só grupo, intitulado por eles *Coral Jovens Vozes*.

Como aspecto enriquecedor da experiência socioeducativa, foi convidado um coral de funcionários de uma conhecida empresa pública de serviços que participou da preparação e da apresentação. Essa experiência possibilitou a ampliação do compartilhamento de espaços e a construção musical ímpar para todos os participantes, em um verdadeiro sentido socioeducativo.

Como recurso utilizado para avaliar os impactos do projeto, foram realizadas entrevistas com os adolescentes que permaneceram na instituição após o final do ano, contendo perguntas relacionadas à avaliação das atividades a partir da sua ótica. A partir dessas entrevistas, foi possível evidenciar o seu interesse e a consciência de seu crescimento a partir das experiências de canto coral. A exemplo, seguem alguns relatos que merecem ser destacados:

Com o canto coral, eu aprendi alguma coisa na vida. Eu aprendi a me manter mais

participativo no grupo, mais comunicativo. Conheci pessoas legais, pessoas que acreditam em mim, no meu potencial... (adolescente 1).

Não foi muito bom (falando sobre o início das aulas), toda hora pensava que os moleques iam voar em cima de mim. Eu não conseguia ensaiar e cantar, pensando que a qualquer momento eu ia ser atacado [...] na apresentação não tive medo, fui corajoso na frente das pessoas da minha família, subi no palco para mostrar que eu consigo e sou forte" (adolescente 2).

Como desdobramentos dessa experiência na vida dos adolescentes, espera-se que a atividade de canto coral tenha contribuído para que possam ocupar lugar social como sujeitos responsáveis e plenos, em um projeto coletivo, através da coesão social entre todos os atores envolvidos, com autoconceito mais positivo, projeto de vida com possibilidades menos aprisionantes e registros de vinculação positiva. Pretendeu-se também favorecer um processo de transformação do aspecto social junto à equipe executora, aos profissionais do centro e aos voluntários colaboradores no processo socioeducativo.

Considerações finais

A arte, no contexto da socioeducação, revela-se instrumento útil para o desencadeamento do autoconhecimento, o desenvolvimento da percepção e do senso estético, a estimulação da criatividade e para o convívio social. O projeto *En-canta a Vida* tem demonstrado que esse recurso constitui meio poderoso na promoção de fatores de redução da vulnerabilidade, por potencializar sentidos e vivências diferenciadas a adolescentes autores de atos infracionais em um contexto de difícil intervenção.

As expressões artísticas possuem muitas outras formas de produzir significado no contexto social. É possível revesti-la de sentidos tecnicistas, quando se objetiva o

resultado estético-acadêmico acima de tudo; é possível compreendê-la e vivenciá-la de modo narcísico e descolado de uma implicação relacional e social. Mas é possível compreendê-la como parte de um projeto coletivo de construção de sentido e de afetividade positiva (Veronese, 2000; Maheirie, 2003; Wazlawick et al., 2007).

Nas unidades de internação em todo o País, ocorrem muitas oficinas de arte dentre outras atividades destinadas a produzir impacto na vida de adolescentes vulneráveis. Todavia, há tendência de que estejam pautadas em modelos extremamente verticalizados e reprodutores das relações de poder na qual os adolescentes não encontram oportunidade de protagonizar sua história; outras constituem somente atividades ocupacionais, para *preencher o tempo* do jovem, sem envolver, contudo, uma proposta transformadora.

O projeto *En-canta a Vida* pode ser considerado uma prática alternativa aos modos tradicionais de atenção ao adolescente autor de ato infracional, ainda que se reconheçam as dificuldades que resultam de uma tensão constante entre os diferentes lugares e olhares ocupados pelos representantes do Estado e pela equipe do projeto. Contudo, a adoção da Doutrina da Proteção Integral como eixo condutor incorporando o sentido da incompletude institucional e a postura essencialmente dialógica adotada entre os parceiros facilitou o andamento dos trabalhos, mesmo onde foi necessária a flexibilização da rotina institucional ou a adaptação do projeto como movimentos necessários para que novos saberes e fazeres pudessem se expressar no contexto de uma unidade de internação, favorecendo uma ação mais próxima do que se entende como socioeducativa. Ensaio extras foram solicitados, acatados e apoiados pela direção e pelo corpo de funcionários, culminando em uma apresentação na qual muitos se perceberam participantes de um mesmo projeto.

A despeito das dificuldades encontradas, observou-se na ocasião que as instituições podem também se tornar resilientes através da promoção dos seus aspectos *saudáveis*, investindo no desenvolvimento de potencial revestido de sentido de mudança. Acredita-se que as interações fluidas e dinâmicas entre direção, coordenadora, adolescentes, estagiários e músicos voluntários, socioeducadores e equipe foram fatores que contribuíram positivamente.

Observou-se que essas estratégias despertaram maior confiança e afeto entre as pessoas envolvidas no projeto e os demais funcionários, visto que foi vivenciado e incentivado o respeito mútuo, visando a promover nos jovens a percepção positiva de si mesmos a fim de que se motivassem a desenvolver suas habilidades e percebessem outras possibilidades relacionais de estar no mundo.

Essa proposta-piloto não envolveu a aplicação de recursos financeiros. Por ter sido realizado como projeto extensionista vinculado a uma universidade federal, consistiu em um campo de estágio importante na formação dos novos quadros profissionais, possibilitando uma troca profunda entre as instituições.

A funcionalidade e a adequação da metodologia utilizada fazem com que esse projeto possa ser replicado em outros contextos, assumindo contornos específicos para atendimento das características do local e do grupo a ser beneficiado, sem comprometer a viabilidade e a qualidade da proposta. Em contextos onde o descrédito social revela o recrudescimento de propostas de redução da maioria penal, torna-se necessária a elaboração de estratégias que transcendam o lugar comum.

O objetivo da proposta não incluiu, neste momento, investigação científica do alcance das ações desenvolvidas. Entendemos a necessidade de empreender estudos dessa natureza, de modo a promover maior

compreensão acerca dos fenômenos envolvidos nos processos relativos à música, aos trabalhos em grupo, às práticas dialógicas e à promoção de proteção a adolescentes em contexto de vulnerabilidade.

Promover mudanças nas trajetórias do adolescente sob essa perspectiva requer a identificação de possibilidades de mudança em seus grupos de inserção. Nesse sentido, buscar a virtualidade ou a potencialidade dos contextos para novos arranjos da interação humana é uma forma de avaliar as perspectivas da intervenção. Diante da carência de dispositivos eficazes na

transformação dos quadros de desigualdade social, faz-se necessário empreender novos caminhos. A música, pelo seu potencial de sensibilizar o espírito e de unir pessoas, pode constituir um desses caminhos, sob os pilares da afetividade e da emoção, como anuncia Veronese: “A emoção é fundamental no processo de restauração psicológica, e esses meninos precisam começar de novo” (2000, p. 212), ou na fala emocionada de uma estagiária do projeto, em meio às emoções compartilhadas entre equipe e jovens, na apresentação do grupo: “É preciso emocionar para transformar!”

Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa

Psicóloga, Doutora em Ciências/Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP/Fiocruz/RJ e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. É professora adjunta da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, AM – Brasil.
E-mail: claudiasampaiofufam@hotmail.com

Maíra Mendes dos Santos

Psicóloga, Mestranda pelo Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, São Paulo – SP – Brasil.
E-mail: maimendes@yahoo.com.br

Kelly Silva Franco

Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, AM – Brasil.
E-mail: psi_kelly@yahoo.com.br

Afonso de Oliveira Brito

Licenciado em Filosofia, Faculdade Salesiana Dom Bosco, Coordenador da Cáritas Arquidiocesana de Manaus, Manaus, AM – Brasil.
E-mail: diac.afonsobrito@yahoo.com.br

Endereço para envio de correspondência:

LABINS – Faculdade de Psicologia – Universidade Federal do Amazonas Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Bloco X – Coroado – Manaus – AM – CEP: 69077-000

Recebido 15/5/2010, 1ª Reformulação 29/3/2011, Aprovado 12/8/2011.

Referências

- Andrade, R. L. P., & Pedrão, L. J. (2005, set./out.). Algumas considerações sobre a utilização de modalidades terapêuticas não tradicionais pelo enfermeiro na assistência de enfermagem psiquiátrica. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 13(5), 737-42.
- Assis, S. G., & Costa, C. R. B. S. (2004). A atenção ao adolescente em conflito com a lei. Perspectivas de avanço em direitos humanos e saúde. *Saúde e Direitos Humanos*, 1(1) 69-78.
- Bergold, Alvim, Castro. (2006, abr./jun.). O lugar da música no espaço do cuidado terapêutico: sensibilizando enfermeiros com a dinâmica musical. *Texto Contexto Enfermagem*, 15(2), 262-9.
- Bergold, L. B., Alvim, N. A. T. (2009, jul./set.). Visita musical como uma tecnologia leve de cuidado. *Texto Contexto Enfermagem*, 18(3), 532-41.
- Brasil. (1990). *Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990 – dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF.
- Correia, M. A. (2010). A função didático-pedagógica da linguagem musical: uma possibilidade na educação. *Educar*, 36, 127-145.
- Costa, C. R. B. S. F. da. (2007). *Contexto socioeducativo e a promoção de proteção a adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas*. Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro.
- Costa, C. R. B. S. F., & Assis, S. G. de. (2006, set./dez.). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto sócioeducativo. *Psicologia Social*, 1(3), 74-81.
- Ferreira, C. C. M., Remedi, P. P., Lima, R. A. G. L. (2006, set./out.). A música como recurso no cuidado à criança hospitalizada: uma intervenção possível? *Rev. Bras. Enferm.*, 59(5), 689-693.
- Gallo, A. E. (2008, abr./jun.). Atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: a experiência do Canadá. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 327-334.
- Hikiji, R. S. G. (2005, jul./dez.). Etnografia da performance musical – identidade, alteridade e transformação. *Horizontes Antropológicos*, 11(24), 155-184.
- Instituto de Ação Social do Paraná. (2006). *Gestão do centro de socioeducação*. Curitiba, PR: Imprensa Oficial do Paraná.
- Jost, M. C. (2010, jan./mar.). Fenomenologia das motivações do adolescente em conflito com a lei. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, 26(1), 99-108.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *World Report on Violence and Health*. Geneva: World Health Organization.
- Lane, S. T. M. (2006). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In W. Codo, & S. T. M. Lane (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento*. (pp.10-19). São Paulo: Brasiliense., 10-19.
- Maheirie, K. (2003). Processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade, a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 147-153.
- Minayo, M. C. S., & Souza, E. R.(1999). É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4, 7-23.
- Ozella, S. (2003). *Adolescências construídas. A visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo:Cortez .
- Sant’Anna, A., Aerts, D., & Lopes, M. J. (2005). Homicídios entre adolescentes no sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 21, 120-129.
- Sartório, A. T., Rosa, E. M. (2010, jul./set.). Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. *Serviço Social*, 103, 554-575.
- Seki, N. H., Galheigo, S. M. (2010, abr./jun.). O uso da música nos cuidados paliativos: humanizando o cuidado e facilitando o adeus. *Interface, Comunicação Saúde e Educação*, 14(33), 273-84.
- Tavares, E. S., Costa, C. R. B. S. F. (2009). *Sentidos de proteção construídos por adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas*. Relatório de pesquisa. Universidade Federal do Amazonas/FAPEAM. Não publicado.
- Veronese, A. (2000). A socialização através da arte. In L. M. T. Brito (Coord.). *Responsabilidades: ações socioeducativas e políticas públicas para a infância e juventude no estado do Rio de Janeiro*. (pp.207-218), Rio de Janeiro: Eduerj.
- Volpi, M. (Org.). (2002). *O adolescente e o ato infracional* (4a ed.). São Paulo: Cortez.
- Wazlawick, P., Camargo, D., Maheirie, K. (2007, jan./abr.). Significados e sentidos da música: uma breve “composição” a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 105-113.
- Yunnes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8(Esp.), 75-84.